



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

**REPÚBLICA, IDEOLOGIA E ESCRAVIDÃO NA ESCOLA SECUNDÁRIA BAIANA:
APARENTES CONTRADIÇÕES NOS MANUAIS DIDÁTICOS DE JOÃO RIBEIRO E
BORGES DOS REIS**

Maria Cristina Dantas Pina*
(UESB)

RESUMO

Este texto pretendeu identificar como o escravo negro foi retratado nos livros didáticos de História do Brasil de João Ribeiro (1900) e Antônio Alexandre Borges dos Reis (1915), manuais utilizados no Ginásio da Bahia, cujos autores defendiam a Abolição e a República. Analisou-se como os dois livros pensaram a escravidão na história do Brasil e como suas análises relacionavam-se com uma cultura intelectual hegemônica naquele contexto, considerando as especificidades da questão racial na sociedade baiana. Buscou-se perceber os significados e implicações sócio-econômicas e políticas dos conteúdos dos livros, relacionando-os com o contexto vivido pelos autores. Constatou-se que a escola, através das suas disciplinas escolares, foi um espaço de legitimação de um projeto republicano no qual a ideologia racial foi fortemente utilizada na manutenção do lugar social do negro que permaneceu, por longos anos, sem acesso as tão clamadas mudanças republicanas.

PALAVRAS CHAVE: Livro Didático – Escravidão – Ideologia

INTRODUÇÃO

Este texto analisa como o escravo negro foi retratado nos livros didáticos: História do Brasil (1900) de João Ribeiro e História do Brasil (1900) de Antonio

* Professora assistente do Departamento de história da UESB, doutoranda em História da Educação na Unicamp/HISTEDBR – PQI/Capes, membro do Museu Pedagógico/Uesb, mcristina.pina@gmail.com.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

Alexandre Borges dos Reis (1915), utilizados no Ginásio da Bahia, nas três primeiras décadas do séc. XX.

O contexto analisado é o ambiente republicano permeado pela idéia de que a educação seria a saída para o progresso nacional. Ou seja, a escola teria como objetivo a formação do sentimento patriótico e, para isso, os manuais didáticos de história tiveram papel de destaque. Essa concepção de pátria incluía uma explicação em relação ao papel assumido pelos grupos raciais presentes na formação brasileira.

Como perspectiva metodológica, recorre-se a Marx (1982), quando ele apresenta o percurso de se partir do real concreto, embora ainda caótico, pois não é cognoscível, para se chegar à essência e, então, voltar ao real e explicar a rede de múltiplas determinações que caracteriza a totalidade (o concreto pensado).

Nesse percurso, a categoria totalidade é imprescindível. Ela representa o todo concreto pensado e se manifesta nas categorias mais simples, ou melhor, a partir dessas categorias que contém em si o todo.

Assim, este caminho metodológico nos ajuda a apreender o movimento real e contraditório de produção intelectual que passa pela escola, mas que, essencialmente, é fruto da sociedade como um todo. Sociedade essa marcada por relações sociais conflituosas e de classes. Ou seja, compreender a conexão entre estrutura e processo, entre o dado e o construído, entre o econômico e o político.

Com base nesses pressupostos, a análise sistemática do conteúdo dos livros didáticos será conduzida através da identificação do contexto no qual o texto escrito foi elaborado. Perceber o particular - o conteúdo sobre escravidão no livro didático -, dentro de um contexto mais amplo, isto é, considerando a totalidade histórica em que o objeto está inserido e, sobretudo, compreender os movimentos e a interação recíproca entre a parte (o conteúdo) e o todo (o contexto). Ou seja, considera-se o movimento de mão dupla que acontece entre a sociedade e a escola, mesmo levando em conta os aspectos socioeconômicos determinantes.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

Assim, é desafiador retomar as análises sobre o livro didático que enfocam o conteúdo e suas implicações ideológicas. A discussão sobre ideologia nos ajuda a entender os percursos trilhados pela produção didática e seu papel em determinadas sociedades enquanto construtoras de visões de mundo, não únicas, mas fundamentais no estabelecimento das relações sociais. Porém, é necessário ressaltar que a escola não pode ser pensada apenas como um aparelho ideológico do Estado²⁰⁸ e, portanto, sem possibilidade de mudança, mas sim enquanto um espaço de conflitos e de disputas de visões de mundo. Logo, a ideologia deve ser pensada na perspectiva de visão de mundo imersa numa sociedade de classes, na qual as disputas ideológicas perpassam todos os espaços sociais, inclusive a escola.

A educação na Bahia republicana

No processo de instalação e construção dos instrumentos político-institucionais da República, a Escola foi um dos alvos privilegiados de atuação. Momento intenso no tocante à disputas de ideais, projetos, interesses de toda ordem. Momento em que a sociedade brasileira passa por um intenso processo de transformação em sua composição: aumento populacional, crescimento das cidades, grande diversificação étnica da população, tendo como estrutura uma sociedade em transição para inclusão numa nova ordem econômica mundial.

Na Bahia, a transição do Império para a República não diferiu, no geral, do contexto nacional. Dominada política e economicamente por oligarquias rurais, a Bahia experimentou essa passagem baseada em acordos entre as elites agrárias. Em função da perda da hegemonia do Estado para o Sudeste, o discurso sobre a importância da educação é potencializado. Nesse sentido, é notório nos discursos dos intelectuais baianos, a valorização e enaltecimento de um passado culto e instruído, embora os fatos demonstrem uma constante carência e ausência de uma educação pública.

²⁰⁸ Referência à análise de Althusser (2003) que teve intensa repercussão nos estudos educacionais brasileiros, particularmente os que enfocavam o conteúdo do livro didático, na décadas 1970-1980.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

Até a década de 1940, o Ginásio da Bahia era a única instituição pública de ensino secundário na Bahia, formando, durante esse período, várias gerações ligadas, principalmente, às elites baianas. Esta Instituição de ensino foi, durante décadas, centro de referência na análise e discussões dos temas conjunturais e na produção intelectual, portanto, constitui-se como espaço privilegiado para se entender as relações entre escola e sociedade.

Entre as discussões que perpassavam pelo Ginásio e na sociedade como um todo, adquiriu destaque o debate em torno da questão do negro. Vejamos os desdobramentos desse debate nos manuais didáticos.

Os livros didáticos e seus autores

Os livros de João Ribeiro e Antonio Alexandre Borges dos Reis são expressões ricas de uma disciplina escolar que marcou o ensino de história no secundário baiano nesse contexto de mudanças educacionais, e permanência do pensamento racista. Ambos foram utilizados no curso de História do Brasil do Ginásio da Bahia

João Ribeiro nasceu em Laranjeiras (SE) em 24 de junho de 1860, mas teve sua formação no Rio de Janeiro para onde se mudou em 1881. Passou a dar aula no Colégio Pedro II em 1887, quando faz concurso para cadeira de Português, porém, em 1890, é nomeado professor de História Universal e do Brasil (no externato) (MELO, 1997). É a partir dessa experiência como professor de História que escreve seu livro História do Brasil – curso superior, publicado em 1900, para ser utilizado no ensino secundário do Colégio Pedro II.

Ribeiro organizou seu livro de forma completamente diferente do que até então tinha se visto em matéria de livro didático. Segundo ele próprio, “os nossos livros didáticos de história pátria dão excessiva importância à acção dos governadores e à administração, puros agentes (e deficientíssimos) da nossa defesa externa” (RIBEIRO, 1935: 18). Daí, propõe outra forma de narrar a história do Brasil, pois sua formação deve ser entendida



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

a partir do “colono, do jesuíta e do mameluco, da acção dos índios e dos escravos negros” (RIBEIRO, 1935: 17).

Logo, seu livro torna-se um marco na historiografia brasileira por esta inovação e pela riqueza de pesquisa histórica. Também vai ser um construtor da idéia de nação a partir da República. Segundo Melo (1997: 7), Ribeiro vê a República “como única forma de governo capaz de realizar o verdadeiro ideal da Fundação da própria nação, encontro da vontade do povo, do homem nacional”. Sua história vai ser marcada por esta concepção, caracterizado por como um texto republicano.

O livro de João Ribeiro faz referências em relação ao negro e sua escravização em três capítulos diferentes (nos itens: “As três raças – a sociedade”; “A escravidão negra”; “Revolta dos negros na Bahia” e “A Abolição”); perfazendo um total de 26 páginas num universo de 540 páginas.²⁰⁹

Um ano antes que João Ribeiro, em 1859, nasce Antônio Alexandre Borges dos Reis em Santo Amaro, Bahia. Não cursou o ensino superior como João Ribeiro, porém, pela prática cotidiana da atividade docente, galgou espaço de intelectual reconhecido na sociedade baiana. Ensinou em diversas localidades do interior do Estado da Bahia e, a partir de 1895, passou lecionar história do Brasil no Ginásio da Bahia até o seu falecimento em 1922.

Seu manual História do Brasil foi editado para ser especialmente adotado nos Liceus e Ginásios da Bahia. Caracteriza-se por apresentar uma análise dos fatos históricos sem se sustentar na narrativa pura e simples, preocupando-se em se apoiar em estudiosos da história nacional e mundial. Mesmo assim, segue uma cronologia linear a partir dos marcos políticos e econômicos, porém, incorpora em alguns capítulos o movimento de ocupação do interior como fez João Ribeiro. Também pode ser considerado um texto republicano.

²⁰⁹ Na primeira edição o livro é composto de nove capítulos, com vários subitens. No entanto, o texto referente ao negro é o mesmo da edição (1935) aqui utilizada, inclusive em número de páginas.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

O livro é dividido em duas partes. A primeira parte cobre os fatos do século XVI ao XVIII (257 páginas); a segunda parte cobre os fatos ocorridos no século XIX (168 páginas). O negro aparece em dois capítulos (nos itens “A escravidão dos negros – o tráfico e a agricultura” e “O tráfico, leis repressoras. Leis Emancipadoras, a abolição”), totalizando 8 páginas de um universo de 425 páginas. Em outro momento, no capítulo XIII (Historia local, o norte – Pernambuco) trata da experiência do quilombo dos Palmares como parte da história da capitania de Pernambuco.

Os dois manuais didáticos foram produzidos num mesmo contexto histórico. Os dois autores viveram a experiência de lecionar História do Brasil e construíram os livros para tal fim. Viveram intensamente as transformações sociopolíticas, econômicas e culturais da transição do século XIX para o século XX, participando ativamente da vida intelectual brasileira, tanto no Rio de Janeiro (então capital da república) quanto na Bahia. Eram, também, defensores da República e da ideologia liberal que dava passos significativos para sua consolidação no Brasil.

É fundamental entender como eles pensavam a escravidão negra. Dividimos a análise das obras a partir de três temáticas específicas na qual o negro aparece: tráfico de escravos, resistência escrava e abolição.

O Tráfico de escravos

Tanto João Ribeiro quanto Borges dos Reis condenam o tráfico de escravos. Os dois assumem uma posição crítica no tocante às condições do tráfico e dos negros. No entanto, eles constroem justificativas para a existência da escravidão e do tráfico a partir da concepção da diferenças e hierarquia entre as raças. Cada qual, a seu modo, busca explicar a escravidão a partir do próprio negro.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

João Ribeiro justifica a escravidão a partir da sua anterior existência na África. Seus argumentos contribuíram para a consolidação dessa idéia na historiografia brasileira, mesmo ele ressaltando ser esta uma desculpa por parte dos traficantes.

A escravidão para as nações negras era a pena de quase todos os delitos; o pai podia vender, o juiz (o sova) podia condenar qualquer à escravidão; o rei podia escravizar os vassalos e a guerra podia escravizar a todos. D'esse principio bárbaro (cuja execução facilitavam ou procuravam originar), aproveitavam-se os traficantes comprando e resgatando a ímpia propriedade. Desde logo a cobiça dos pais, o arbítrio dos reis e dos sovas, e o direito da guerra convulsionou como um terremoto todo o sertão negro; as famílias se desmembraram, as rixas se multiplicam, as guerras se ateiam, a caça humana se institui; o resgate dos negreiros é apenas o triste epílogo das grandes conflagrações, cujo rastilho eles acendiam de longe na foz deserta dos rios ou à beira do Oceano (RIBEIRO, 1935: 246).

Daí, ele inicia a condenação do tráfico, descrevendo suas atrocidades e suas condições subumanas, tecendo duras críticas às condições de higiene e humanidade. No entanto, constrói uma argumentação para justificar que a escravidão na América representou uma melhoria nas condições de vida do negro africano. Passa a idéia de que no Novo Mundo este encontrou uma escravidão mais amena, principalmente quanto tinha a sorte de conseguir um senhor cristão e condolente.

Força é confessar que de toda essa jornada de horrores a escravidão no Brasil é o epílogo desejado para os escravos. D'aqui em diante, a vida dos negros regulariza-se, a saúde refaz-se e com ela a alegria da vida e a gratidão pelos novos Senhores, que melhores que os da África e os do mar. [...].

A escravidão, porém, sempre era corrigida entre nós pela humanidade e pela filantropia. Se os negros não tiveram, como os índios, em favor d'eles, a voz onipotente da igreja, tiveram ao menos o espírito cristão e a caridade própria da nossa raça (RIBEIRO, 1935: 249).



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

Assim, Ribeiro apresenta uma versão da escravidão “branda” e humanizada pelo espírito cristão do brasileiro. Mostra-se precursor das idéias de Gilberto Freyre, destacando o caráter filantrópico dos colonos que demarca o diferencial no regime escravista, diferenciando o Brasil dos ingleses e franceses.

Descreve também um quadro harmônico das relações entre senhores e escravos, atribuída essa harmonia à boa índole do homem branco. Ribeiro, mais uma vez, recorre à questão das diferenças entre as raças para justificar as atitudes diante dos negros escravos.

Borges dos Reis explica a escravidão a partir da não adaptabilidade do indígena ao trabalho e, logo, o contrário em relação ao negro.

A insumissão do aborígine ao trabalho, a sua inadaptação, como máquina, à vida agrícola, a oposição e a concorrência dos jesuítas obstando até a locação dos serviços dos indígenas aldeados – foram pois as causas que determinaram a introdução dos africanos escravos no Brasil (REIS, 1915: 135).

A partir dessa justificativa, chama atenção para a já existência da escravidão na Europa antes do descobrimento do Brasil, destacando também a violência do comércio negreiro. Condena o tráfico e denuncia suas condições após a proibição desse comércio (1831). Para ele, inicia aí toda sorte de horrores e desumanidades sofridos pelos negros africanos.

[...] O risco desse comércio passou a ser maior desde que de livre tornou-se perseguido, e a violência, a ausência de escrúpulos, a obliteração dos sentimentos de humanidade cresceram na razão direta dessa perseguição.

O aspecto de um navio negreiro passou a ser horrível; e quando, na praia deserta do litoral brasileiro, conseguia o contrabandista despejar a carga, 30% dela ficava no porão apodrecida, e o aspecto da que desembarcava inspirava dó e lástima (REIS, 1915: 138).



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

A condenação do tráfico e dos horrores da escravidão, associada a uma justificativa da necessidade de sua existência, seja a partir do discurso racialista, seja a partir do discurso econômico, demonstra o quanto o pensamento liberal brasileiro conciliava-se com a escravidão²¹⁰.

Resistência escrava

Quanto a esta temática, João Ribeiro demonstra certa simpatia pelos negros e por sua coragem. Condena a escravidão, embora permaneça imbuído da visão de inferioridade da raça negra e da sua função nesta pátria.

Ribeiro destaca o processo de resistência escrava dando como exemplo as revoltas negras na Bahia, não tratando especificamente da experiência de Palmares, ao contrário do acontece na maioria dos manuais didáticos. Ele ressalta a ousadia e luta dos negros contra as atrocidades dos senhores, o que contradiz com o 'espírito cristão' descrito anteriormente. Chega a justificar a rebeldia dos negros quando afirma: "Nos campos, nas florestas, nas fazendas e até no lar doméstico foram comuns os dramas e as tragédias da raça escravizada. Não é pois, de estranhar que por vezes, sem objetivo, sem ideal e sem ordem, se sublevassem os escravos [...]" (RIBEIRO, 1935: 487).

Em seguida, destaca a revolta de negros malés, na Bahia em 1835, atribuindo às desordens regenciais e às guerras civis a facilidade da sua explosão. Prossegue Ribeiro afirmando ser o espírito de liberdade do negro um resultado da sociedade em que estavam inseridos. Aqui, volta a sua concepção hierárquica das raças.

Se um dia se houver de escrever a história da escravidão, indispensáveis se afiguram as narrativas dessas rebeldias que, sem sentido aparente para o regime dos governos escravocratas, todavia expressam o sentimento de liberdade que é o apanágio da própria civilização em cujo meio viviam os escravos (RIBEIRO, 1935: 489).

²¹⁰ Ver sobre essa característica do liberalismo brasileiro no texto de Alfredo Bosi. **A dialética da colonização**. SP: Cia das Letras, 1992 (mais particularmente o capítulo 7 "A escravidão entre dois liberalismos").



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

Borges dos Reis não traz um capítulo específico sobre essa temática. Mas, no capítulo XIII, trata da experiência do quilombo dos Palmares como parte da história da capitania de Pernambuco. Concebe o quilombo como uma perturbação da ordem colonial, justificando a força na sua destruição. Assim afirma: “um dos fatos culminantes de sua historia colonial foi a existência e a extinção do quilombo dos Palmares, singular Estado no estado, que durante 64 anos perturbou a vida econômica e social dessa parte da capitania (REIS, 1915:164).

Por outro lado, ao relatar as características de Palmares, destaca a figura de Zumbi como corajoso e bravo.

A organização social-religiosa do quilombo era um conjunto gentílico e cristão. O poder supremo cometiam vitaliciamente a um companheiro bravo e inteligente, condecorado com o título de príncipe ou Zumbi (REIS, 1915: 166).

Por fim, relata sua destruição pela força dos paulistas, reforçando o mito bandeirante. Mesmo chamando a atenção para a força da bandeira paulista e do governo pernambucano, não deixa de destacar as atitudes heróicas dos negros liderados por Zumbi, embora ressalte a necessidade da sua destruição.

Os negros, ao aproximar-se a expedição, haviam devastado as roças, recolhendo o seu produto a praça forte, onde se concentraram.

Lutando heroicamente, o Zumbi e seus principais companheiros, no momento extremo, suicidam-se, atirando-se de um despenhadeiro (2). Os sobreviventes do grande mocambo seguem cativos para o Recife. Distribuídos os quinhões do rei e dos expedicionários, é o resto vendido pelas outras capitanias (REIS, 1915: 166).



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

Abolição da Escravatura

De uma maneira geral, os dois autores demonstram simpatia pela causa abolicionista, percebendo sua necessidade. Entendem a abolição como parte de um processo maior de transformação da sociedade brasileira que caminhava para a República.

João Ribeiro inicia a discussão justificando que irá apenas fazer algumas indicações dessa temática, pois a história contemporânea ainda não pode ser devidamente descrita, mesmo assim tece algumas considerações.

Justifica por ter sido os brasileiros um dos últimos povos a emancipar seus escravos pelo número imenso do tráfico. Indica uma simpatia à ação de D. Pedro II em favor da emancipação, mostrando suas atitudes para o desdobramento de um processo gradual e pacífico, diferentemente do contexto norte americano. Ribeiro não apresenta conflitos e divergências no movimento abolicionista. Mostra-se simpático à gradatividade da emancipação, em nome da 'civilização' e para evitar tumultos.

Os descontentamentos com a abolição somaram-se a outros descontentamentos políticos levando, segundo João Ribeiro, à proclamação da República.

Borges dos Reis, por conseguinte, apresenta a idéia de libertação dos escravos como conseqüência da ação de parlamentares e abolicionistas, além de um desdobramento quase natural no desenrolar da história.

Reforça a importância do negro para o país, não apenas enquanto escravo, mas posterior à abolição. Mesmo reconhecendo e valorizando o elemento negro na construção da nação, volta a trazer para o centro da história o homem branco que, por bondade encaminha o processo da abolição.

Mas o espírito filantrópico dos brasileiros não se detém, era preciso extinguir a fonte da escravidão no país, e só bella conquista realiza-se com a lei de 28 de setembro de 1871, apresentado ao parlamento brasileiro pelo eminente estadista José Maria da



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

Silva Paranhos, depois visconde do Rio Branco que, ao fazel-o triumphar empenhou as energias másculas do seo privilegiado talento (REIS, 1915: 156).

O autor discorre sobre o longo processo de abolição ocorrido no parlamento, como também fala da participação de outros setores sociais nesse movimento (intelectuais, poetas, etc). Por fim, informa brevemente que a lei foi sancionada pela Princesa Isabel, regente à época, sem com isso estabelecer qualquer papel de destaque ao fato. Nisso diferencia-se de outros manuais responsáveis pela construção do mito da redentora.

CONCLUSÕES

Os dois manuais aqui analisados são exemplares das mudanças registradas na sociedade brasileira, particularmente no campo educacional. Estavam antenados com as 'novas' idéias pedagógicas divulgadas no mundo.

No geral, os dois autores sustentam-se numa visão de história como manifestação da trajetória da formação da nação brasileira, consolidada com a proclamação da República. Como parte dessa concepção de história, o escravo negro aparece como elemento formador da nação, porém, ocupando um lugar 'menor' nesse processo, pela "inferioridade" da raça e das civilizações africanas em relação à civilização européia. Apesar de destacarem, muitas vezes em tom de denúncia, a crueldade da escravidão, justificam sua existência por séculos em nome de um projeto maior – a construção da nação brasileira livre, soberana, republicana.

O livro de João Ribeiro incorpora as mudanças teórico-metodológicas do final do XIX e início do XX, tornando-se um marco na historiografia brasileira por esta inovação e pela riqueza de pesquisa histórica. Contudo, assim como Borges dos Reis, continua pensando a temática escrava como os intelectuais do IHGB.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

Demonstram simpatia pela causa abolicionista e percebem sua necessidade histórica. Afinal, eram intelectuais ligados ao movimento republicano e pensavam a nação brasileira a partir dos padrões modernizantes europeus. Mesmo assim, não analisam, em momento algum, a situação sócio-econômica do negro após a abolição. Passam a sensação de que apostavam num embraquecimento e conseqüente desaparecimento do negro.

Como abolicionistas e republicanos, os autores reconhecem o prejuízo histórico da escravidão e entendem que, para o progresso da nação, para sua constituição como civilização era necessária a abolição. Mas, ao mesmo tempo, conscientes do papel econômico que a escravidão representava e defendendo os interesses dos grandes proprietários rurais, eles reforçam a necessidade de o processo ter sido gradual e lento. Abolição sim, mas sem prejuízos para os proprietários de escravos. Esta foi a posição de muitos abolicionistas oriundos da classe social proprietária de terra e escravos, que souberam muito bem, conciliar o liberalismo econômico com a mão de obra escrava.

Nesse sentido, consideramos que João Ribeiro e Borges dos Reis reforçam uma visão do negro hegemônica naquele período – inferior, atrasado culturalmente, incapaz de progredir tecnologicamente e, portanto, destinado ao fracasso ou ao desaparecimento. Visão esta que terá repercussões fundamentais no espaço escolar, no processo de formação de uma cultura escolar e nas suas relações na sociedade como um todo.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. Aparentes ideológicos de Estado. 9. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.
- HOBBSAWM, E. A era dos impérios: 1875-1914. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- LIMA, D. K. O banquete espiritual da instrução: o Ginásio da Bahia, Salvador: 1895-1942. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2003, (Dissertação de Mestrado).
- PINA, M. C. D. "A escravidão no livro didático de história: problematizando momentos da educação republicana (1890-1980)". In: MAGALHÃES, L. & ALVES, A. E. & CASIMIRO, A. P. (Orgs.). Lugares e sujeitos da pesquisa em história, educação e cultura. São Carlos: Pedro & João Editores, 2006.
- MARX, K. Para a crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MELLO, C. B. Senhores da história: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de história na segunda metade do século XIX. São Paulo: USP/FFLCH, 1997 (Tese de Doutorado).
- RIBEIRO, J. História do Brasil – curso médio, 17. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1935.
- REIS, A. A. B. R. História do Brasil (cursos dos Gymnásios e Lyceus). Bahia, 1915.
- RODRIGUES, N. Os africanos no Brasil. 4. ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.